

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 006

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE FEVEREIRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 151

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de propor a data de 18 de maio do ano em curso, para a cerimônia de entrega do Título

de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Verner Artur Conrado Barthelmess, conforme o Projeto de Lei nº 068/99, de autoria deste Parlamentar e de acordo com a Lei Estadual nº 12.686.

Contando com a sua acolhida ao pleito em tela, antecipo os meus agradecimentos e coloco-me a sua inteira disposição.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Sr. Miguel Moscalewski, ocorrido dia 19.02.2000, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 83 anos de idade, faleceu o empresário, Senhor Miguel Moscalewski, que deixou viúva Dona Carlinda Baggio Moscalewski. Deixou 3 filhos e 7 netos.

O passamento de Miguel Moscalewski veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre elas este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Miguel.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre o Senhor Miguel, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende d'Ele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Miguel Moscalewski para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais digna, mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Miguel sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, e assim, possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de

associar-se à dor que abalou a família Moscalewski, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 149

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Felício Krizizanoski e Maria Krizizanoski, que completou 59 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente a Senhora Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a celebração de convênio com a Secretaria de Ação Social, Assuntos Comunitários e Habitação de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Segundo dados do IBGE, o Município de Marechal Cândido Rondon possui 8,69% da sua população de 46.461 habitantes fora do mercado formal, com a maioria oriundos da zona rural, com baixo nível de escolaridade e sem qualificação para o trabalho. Diante da situação, o município tem apoiado e subsidiado projetos na área de treinamento e qualificação profissional, e com a celebração do convênio entre a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e o Município de Marechal Cândido Rondon do Projeto “Movimente-se com as Máquinas”, virá sobremaneira oportunizar às comunidades e associações de moradores com cursos semi-profissionalizantes de corte e costura, minimizando os problemas de desemprego e falta de mão-de-obra especializada.

REQUERIMENTO Nº 147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário Estadual do Desenvolvimento Urbano, Dr. Lubomir Antônio Ficinski Dunin, solicitando informações referentes ao valor total da verba liberada por aquela Secretaria de Estado ao Município de Cruzmaltina, e quanto a sua aplicação no supracitado município durante o período de vigência do Programa Paraná Urbano.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências da concessionária Rodovia das Cataratas, responsável pelo lote 3 do Anel de Integração, sobre o péssimo estado de conservação da BR-277, principalmente no trecho entre Relógio e Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento justifica-se, pois houve uma série de acidentes com sete vítimas fatais, na semana passada, na BR-277 e faz-se necessário que a concessionária Rodovia das Cataratas, empresa que administra o lote 3 do Anel de Integração, assuma a total responsabilidade pela manutenção, conservação e sinalização da rodovia.

O Oeste do Paraná está de luto pelo trágico acidente que vitimou três pessoas da família Hardt, de Matelândia; o motorista da Prefeitura Edson da Silva, e feriu a professora municipal Simone Zamin.

A imprensa da região denunciou a sinalização precária e a falta de estrutura das obras no local do acidente. A responsabilidade das obras e da sinalização é da concessionária Rodovia das Cataratas, empresa que administra o lote 3 do Anel de Integração.

REQUERIMENTO Nº 150

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de reiterar o pedido da Sra. Elizabete Ferreira de Jesus, residente à Rua José Rompkowski nº 01, Jardim Guairacá, Passaúna, referente a troca de 01 (uma) lâmpada queimada do poste sito na esquina desta rua, feito através de nosso Requerimento LCM/AL/18.244/99 e Ofício da Assembléia Legislativa nº 2823/99/DA/CEA/SC, datado de 24/11/99, conforme cópias anexas. Infelizmente até a

presente data o mesmo não foi atendido. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 372-8793.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 152

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Fazenda, solicitando liberação de verba para o Hospital Santa Casa Monsenhor Guilherme, objeto da Liquidação nº 813.824-8 e conforme Convênio nº 072/98, ACA, entre a Secretaria da Saúde e o Município de Foz Iguaçu.

Trata-se de um hospital aberto à população de Foz do Iguaçu e região, há mais de seis décadas, e que proporciona um excelente serviço à comunidade. Detentor do único Pronto Socorro de Foz do Iguaçu, o Hospital Santa Casa Monsenhor Guilherme atende aos mais necessitados. A Santa Casa atende uma população de mais de 500.000 (quinhentas mil) pessoas, quando somamos 250.000 (duzentos e cinquenta mil) munícipes iguaçuenses, 150.000 (cento e cinquenta mil) brasiguaios e 100.000 (cem mil) paranaenses que vêm de municípios vizinhos, compristas e turistas de diversas partes do país, como é do conhecimento de todos. Estes fatos, por si só, justificam a colaboração urgente do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Giovani Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando os valores de créditos de ICMS que o estado deve aos contribuintes.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em função dos sucessivos déficits que vêm apresentando as contas do Governo a cada exercício fiscal e à dificuldade do mesmo efetuar um controle restrito de suas despesas, tendo que, periodicamente, se valer de adiantamentos de tributos, é que solicito tais informações e espero ver o presente requerimento aprovado pelos Srs. Parlamentares.

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI Nº 040/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos tributários em decorrência da legislação do Imposto sobre a Propriedade de veículos Automotores, IPVA, as multas de trânsito estaduais e taxa de estadia do DETRAN, lançados até 31 de dezembro de 1999, poderão ser parcelados em até 12 (doze) vezes, forma e prazo estabelecidos em Decreto do Poder Executivo.

§ 1º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados, importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas no que se refere aos valores das parcelas pagas.

§ 2º - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 3º O disposto neste artigo não seja a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

Art. 2º - No prazo de até sessenta dias contados da data de sua publicação, a presente lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que ora submeteremos à apreciação de Vossas Excelências, objetiva garantir os parcelamentos concedidos em anos anteriores, através de leis deste Legislativo e Decretos do Poder Executivo, favorecendo a população paranaense que, passa por dificuldades financeiras de deseja manter-se em dia com suas obrigações para com o Estado.

Pelos motivos acima expostos, solicitamos o apoio dos Nobres Pares, com assento nesta Colenda Casa de Leis, para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 041/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a associação Santa Helena para pessoas portadoras de deficiência, ASHPPD, com sede e foro na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com os Estatutos devidamente registrados no Registro de Títulos e documentos da Comarca de Santa Helena, sob nº 6829 de protocolo e Registro nº 446 em data de 22.02.99, a Associação Santa Helena para Pessoas Portadoras de Deficiência, ASHPPD, é uma Entidade que

vem cumprindo, conforme relatório anexo, um trabalho dos mais importantes e de grande alcance social.

Atua em mais de 72 municípios (Oeste e centro Oeste), na área de todos os tipos de deficiências, tendo já encaminhados e atendidos mais 2000 (dois mil) pacientes.

É merecedora de todo o nosso apoio, para o que solicitamos o apoio na aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa consulta Vossas Excelências a respeito da participação de alguns dos senhores, no Pequeno Expediente. O Deputado Algaci Tulio que encontra-se ainda na Comissão do Narcotráfico é quem recepcionaria e faria a saudação à delegação Polonesa, composta de 32 integrantes políticos e empresários.

Como o único orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Algaci Tulio, antes de passarmos ao Grande Expediente ou às Lideranças dos Partidos, esta Assembléia consulta Vossas Excelências a respeito do Pequeno Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu gostaria consultar Vossa Excelência se há espaço para que eu possa falar no Pequeno Expediente acerca da missão que Vossa Excelência nos incumbiu em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra no Pequeno Expediente, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que é dever de nossa parte comparecer à tribuna na tarde de hoje, porque na última quinta-feira acompanhamos Vossa Excelência em Florianópolis, na posse do nobre Deputado Gilmar Knaesel à presidência do Parlamento do Sul e já naquela oportunidade fomos incumbidos por Vossa Excelência de, na segunda e na terça-feira, em Brasília, participar da Reunião Nacional dos Legislativos Estaduais, que congrega a todos nós, deputados estaduais e a todas as Assembléias do Brasil, em reunião ordinária daquela entidade e também nas diversas audiências que teríamos na segunda-feira e ontem, terça-feira, em Brasília, com deputados e senadores, para que pudéssemos discutir as questões ligadas ao Pacto Federativo, à tramitação da Reforma Tributária, da Reforma do Judiciário e, principalmente, discutir neste momento assuntos ligados à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com referência à Reforma Tributária o processo caminha normalmente, fazendo-se os últimos ajustes e entendimentos.

Com referência à Reforma do Judiciário, ainda ontem no gabinete do Presidente, Michel Temer, uma reunião de lideranças e vice-líderes, junto à Câmara dos

Deputados, definia os últimos pontos de entendimento, para que tudo se concretizasse. E na questão que mais interessa a nós, enquanto poder, a Lei de Responsabilidade Fiscal, se encontra tramitando agora no Senado, mais especificamente na Comissão de Constituição e Justiça, com a responsabilidade de oferecer o seu relatório, o Senador Álvaro Dias, na condição de relator.

Tivemos, ontem, desde às nove horas da manhã, diversos contatos no Senado: com os Senadores Álvaro Dias, Osmar Dias, Ney Suassuna, Jeferson Peres, discutindo as questões ligadas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

A preocupação, que trazemos, Sr. Presidente, desses nossos contatos no Senado e, posteriormente, das audiências e reuniões que tivemos com os Deputados: Inocêncio de Oliveira, líder do PFL, Gedel Vieira Lima, líder do PMDB, com a reunião que tivemos, mesmo que rápida nos corredores, com Aécio Neves, líder PSDB e com a reunião que um grupo de parlamentares tiveram com o Roberto Jeferson, líder do PTB, temos uma preocupação, que precisamos nos próximos dias nela nos debruçarmos, que é a possibilidade que existe de se retirar da Assembléia Legislativa, das Assembléias como um todo, da Câmara Federal, das Câmaras de Vereadores como um todo, a possibilidade de através da Lei de Diretrizes Orçamentárias, fazer a especificação dos percentuais, que cada um dos entes públicos podem consumir na rubrica de pessoal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, hoje, em seu Artigo 20, reportando-se ao Artigo 19 estabelece que os limites para gasto de pessoal será de 60%, no Estado, obedecendo-se, remetendo-se, inclusive, ao que estabelece a Lei Camata. Esse limite de 60% ficaria 49% para o Executivo, 06% para o Judiciário, 03% para a Assembléia e Tribunal de Contas e 02% para o Ministério Público. Se não tratado este assunto entre estes Poderes, entre estes entes públicos, através de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias, valerão estes percentuais estabelecidos no Artigo 20. Mas a LDO poderia, numa negociação entre Executivo, Judiciário, Legislativo e Ministério Público, estabelecer, dentro desse limite maior de 60% os limites intermediários que fossem interessantes para aquele ano a que se referia à LDO.

Então corre solta a possibilidade de o Governo Federal, numa pressão feita pelos governadores, feita pelo Presidente da República, de termos retirado do texto da Lei de Responsabilidade Fiscal a possibilidade que a LDO determine os percentuais que poderão, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Ministério Público, gastar com pessoal.

Este assunto está agora na CCJ, irá posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos que é presidida pelo Senador Amazonense, Jeferson Peres, que abriu a nós a Assembléia Legislativa, aos Governadores, ao Ministério Público, aos Tribunais de Contas, ao Governo Federal a possibilidade de em três audiências públicas que irão realizar na CAE, para que cada um de nós colo-

quemos as nossas preocupações, as nossas divergências quanto ao texto que está sendo discutido.

Então, neste sentido, Sr. Presidente, já conversamos com Vossa Excelência, entendo que é oportuno realizarmos, se não hoje, amanhã, ou no mais tardar segunda-feira, uma reunião com toda Mesa, com os líderes e até mesmo, se for o caso, com todos os Deputados, para que a gente possa melhor detalhar esse assunto, nos aprofundarmos um pouco mais, para que possamos, enquanto Assembléia Legislativa do Paraná, dar os subsídios necessários à União Nacional dos Legislativos Estaduais, UNALE, para que ela possa, na audiência pública, fazer a defesa do pacto federativo, que tem que ser respeitado e fazer a defesa do poder de legislar das Assembléias, poder este que está ameaçado pelo veto que se anuncia do Presidente da República, retirando da LDO esta permissão de discutir e estabelecer percentuais para a despesa com pessoal, em todos os Poderes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa cumprimenta Vossa Excelência pelo excelente trabalho e pela alta representatividade que vem exercendo, desta Casa, junto a estes organismos, em Brasília. E já teve a oportunidade de trocar informações com alguns líderes de Partido, tão logo Vossa Excelência nos comunicou da gravidade do problema e da emergência para nos reunirmos e tomarmos posições aqui desta Casa.

Acho importantíssimo que, não só os líderes mas todos os Deputados dêem a sua cota de participação para que Vossa Excelência seja o portador da impressão e da contribuição da Assembléia, nesta questão tão importante!

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há momentos em nossa vidas, acredito que se possa dizer também na ação política, na história da humanidade que o ciclo do tempo parece se acelerar, e questões que vinham se acumulando de uma forma ou de outra, de repente vêm à tona, e a História parece que funciona de forma mais rápida.

Se nós olharmos os jornais do Paraná, verificamos que questões gravíssimas passam a fazer parte da agenda dos jornais e a sociedade paranaense passa a tomar consciência de uma série de questões que dizem respeito a seu passado, ao seu presente e ao seu futuro.

De um lado a questão do pedágio, que vem nos atormentando há tempos, com ameaças de aumento, com uma farsa montada pelo governo na justiça, tentando passar a idéia que é contra o aumento, quando sabemos que essa não é a verdade, porque foi o próprio governo que assinou o contrato lesivo ao interesse público e isso começa vir à tona.

Estivemos num seminário sexta-feira passada com o Sindicato das Transportadoras que tem hoje consciência clara dos números do pedágio. A sociedade se mobiliza. A Bancada da Oposição nesta Casa vai entrar com uma ação na Justiça para anular o contrato e criminalizar quem merece ser criminalizado por assinar um contrato lesivo ao povo do Paraná. Impedir de todas as formas possíveis e imagináveis que esse aumento se concretize. Os jornais começam revelar números, a mostrar fatos. Entidades se organizam. Fóruns de várias cidades. Uma luta que parecia impossível, uma luta de poucos começa de repente, ganhar fôlego e passa a ser uma luta de muitos. E nos dá a esperança que esse aumento não vai se concretizar.

O “Estado do Paraná” traz à tona um assunto que foi debatido aqui no ano passado, que diz respeito à venda das ações da SERCOMTEL. Uma relação com a COPEL que vai aparecer um banco chamado FonteCindam, que envolve o Governo do Estado que paga para esse banco uma quantia muitas vezes superior ao que lhe é devido.

Uma CPI abortada nesta Casa que assinamos, como assinamos todas as CPI's que deram entrada nesta Casa de Leis, pelo PT. Não retiramos assinatura, pelo contrário, entramos com uma ação na justiça para validar a CPI que já havia sido instalada. E, neste plenário votamos contra quando o Presidente então retirou a CPI de pauta.

E agora, junto com o Deputado Edgar Bueno, com outros Deputados, estamos coletando assinatura, porque, mais do que nunca, precisamos dessa CPI.

O nome da Assembléia, atingido gravemente. Felizmente o nosso Presidente já tomou algumas ações concretas, pedindo ao Ministério Público uma nota oficial se há envolvimento de Deputados nesse caso específico. E a Assembléia como um todo deve se posicionar. Deve fazer a CPI, porque não se trata apenas da questão de Londrina. Trata-se de uma questão que envolve a COPEL e envolve diretamente o Governo do Estado do Paraná. Portanto nós, como legítimos representantes do nosso povo, temos que cumprir o nosso mandato e investigar até a últimas consequências, essa questão que envolve o Governo do Estado.

Na outra ponta, aquilo que estava profundamente arraigado na sociedade que é o narcotráfico. sérias denúncias vêm à tona. A CPI montada na Câmara Federal consegue avanços inacreditáveis pelo tipo de interesses com os quais está mexendo. Mexe com o crime organizado, com matadores profissionais, com negócio que está em todas as instâncias da sociedade brasileira e, mesmo assim, apesar das dificuldades, o Congresso mostra que pode chegar a um caminho revelando a sua importância para o Brasil.

Estamos desacreditados de tudo e principalmente os políticos.

Aqui nesta Casa, um requerimento que assinaram vários Deputados, junto com o Deputado Ângelo Van-

honi, da nossa Bancada, fez que fosse instalada uma Comissão Especial de Inquérito para avaliar algumas denúncias que apareceram na Comissão Nacional sobre ramificações de Fernandinho Beira-Mar em nosso Estado. De forma pronta o Deputado Ângelo Vanhoni, com as nossas assinaturas, entrou com requerimento e a Mesa da Casa instalou a Comissão Especial de Inquérito, que vem desenvolvendo o seu trabalho a contento.

Em função deste trabalho a CPI Nacional vem aqui em Curitiba, na próxima terça-feira e vai ficar tomando depoimento de manhã à noite. Vamos acompanhar a tomada destes depoimentos.

Achamos que é graças ao trabalho incansável e sério, corajoso e competente do nosso Deputado Ângelo Vanhoni e dos demais Deputados que compõem a Comissão Especial de Inquérito que conseguimos aprofundar as investigações sobre o narcotráfico. Portanto, viemos aqui hoje desta tribuna trazer a nossa total e irrestrita solidariedade às ações desenvolvidas pelo Deputado Ângelo Vanhoni e o nosso protesto contra algumas vozes que querem fazer uma cortina de fumaça sobre os reais problemas por que passa o Paraná e vem atacar de uma outra maneira o Deputado Ângelo Vanhoni, que tem uma conduta perfeita, ilibada, séria, honesta, competente, na condução dos seus trabalhos.

Os jornais do Paraná hoje, revelam também que alguns colegas têm insistido em tentar desacreditar o trabalho do nosso Deputado Ângelo Vanhoni e nós, da Bancada do PT, não podemos aceitar de forma alguma que se use desse álibi para tentar, talvez de forma indireta, dificultar os trabalhos de nós, Deputados e da Comissão Especial de Inquérito.

Portanto, subimos à tribuna para manifestar a nossa solidariedade e a nossa resistência a atitudes que só prejudicam o trabalho da Comissão Especial de Inquérito.

Vimos também, dada a gravidade das questões que foram aqui colocadas, conchamar os demais Deputados dessa Assembléia, que a Comissão Especial de Inquérito, tão logo termine a tomada de depoimentos com a Comissão Parlamentar Nacional, aqui nesta Casa, seja transformada no Paraná em Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar até as últimas conseqüências as questões relativas ao narcotráfico em nosso Estado. Total apoio às investigações.

Passo a ler neste momento uma nota da Bancada do Partido dos Trabalhadores do Paraná, que vai ser distribuído hoje para todos os órgãos da nossa imprensa da cidade paranaense, que diz respeito a esse tema a que me referia.

(Lê):

“Nota Oficial da Bancada do PT

Todo apoio às investigações sobre o narcotráfico e sobre o SERCOMTEL.

O povo paranaense vê hoje uma série de denúncias vir à luz, denúncias que todas as pessoas de bem esperam que sejam apuradas com rigor e rapidamente. Os episó-

dios denunciados dizem respeito, de um lado, à CPI do SERCOMTEL, criada no ano passado pela Assembléia Legislativa e encerrada abruptamente dois dias depois; e às investigações sobre o narcotráfico e o crime organizado, conduzidas pela CPI do Congresso Nacional e pela Comissão Especial de Investigação da Assembléia.

Por mais graves que sejam, essas denúncias devem ser investigadas até o fim. A corrupção, os crimes, o tráfico de drogas e outras atividades contrárias ao interesse público só sobrevivem em meio ao silêncio e à omissão daqueles a quem compete o esclarecimento da opinião pública.

No caso da CPI do SERCOMTEL, as acusações envolvem políticos e governantes. Se, na época, a CPI já era uma necessidade que o PT defendeu até o fim, hoje essa necessidade é muito maior. É por isso que a Bancada do PT na Assembléia Legislativa defende a imediata reinstalação da CPI.

As investigações sobre o narcotráfico, por sua vez, começam a revelar os bastidores de uma suja e cruel atividade, que sobrevive às custas da ruína de homens, mulheres e crianças e se protege por meio de ameaças e assassinatos. E, não há como negar, o narcotráfico está solidamente instalado no Paraná, para desgosto de todos nós.

A Assembléia Legislativa, composta por legítimos representantes do povo, deve ser neste momento um exemplo para todo o Paraná, dando apoio integral às investigações, mesmo que essas investigações comprovem a existência de feias e tristes práticas.

A Bancada do PT entende, por outro lado, que não se justificam os ataques que têm sido feitos, ao nosso companheiro de Bancada, Deputado Ângelo Vanhoni, Presidente da Comissão Especial de Investigação sobre Narcotráfico, que nada mais faz do que cumprir com suas obrigações de Parlamentar. Num momento como este, os Deputados devem dar uma demonstração inequívoca de apoio às investigações. A CEI deve ser transformada em CPI, dotada de maiores poderes, inclusive o de promover prisões daqueles cujo envolvimento com o narcotráfico fique comprovado.

O povo do Paraná espera de cada Deputado e da Assembléia Legislativa como um todo, a máxima seriedade no trato dessas questões. O Poder Legislativo só poderá sair engrandecido desses episódios se não vacilar diante da gravidade dos fatos e cumprir seu papel de fiscalização e controle.”

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, não peguei o todo do depoimento do Deputado Péricles Mello, mas peguei a parte final quando cita a questão da CPI do Narcotráfico e de repente pode dar a impressão de que os membros da Comissão Especial ou a própria Assembléia, estariam tentando abortar o trabalho da Comissão, o trabalho do Deputado Ângelo Vanhoni.

Está muito bem claro que o que saiu na imprensa hoje, foi um descontentamento deste Parlamentar e isso ficou mais do que nunca, comprovado agora na nossa reunião fechada da Comissão Especial do Narcotráfico, quando indagamos ao Deputado Ângelo Vanhoni da sua ida a Brasília e do não conhecimento dos demais Pares da Comissão que nos pegou de surpresa, não apenas os membros da Comissão, mas também toda a Assembléia foi apanhada de surpresa e que em momento algum os membros dessa Comissão têm interesse em atrapalhar. Muito pelo contrário.

Os membros que foram indicados pelos partidos com assento nesta Casa, foram e fazem parte e o Deputado Ângelo Vanhoni é testemunha disso, da vontade de cada um de nós em prestar serviço, em ir atrás das informações, das viagens que fizemos a Cascavel, a Foz do Iguaçu, nas visitas ao Ministério Público, à Polícia Civil, à Polícia Militar, enfim, à Polícia Federal. Todos nós temos a maior boa vontade. Agora, o que não pode, é, de repente, se passar publicamente a impressão de que os membros não são confiáveis, porque não foram comunicados da viagem do Deputado Vanhoni a Brasília. Foi apenas nesse sentido. A Comissão esteve reunida agora, o Deputado Vanhoni expôs as razões e nós entendemos isso e a Comissão está mais do que nunca unida, no sentido de receber aqui na próxima semana, a CPI que vem de Brasília.

Deixar claro que em momento algum, tentou-se abortar o trabalho de Deputado Vanhoni.

O PT fez uma declaração de apoio, uma manifestação que entendemos perfeitamente, mas que não venham com a intenção de querer dizer que a Assembléia ou pelo menos a Comissão, estão querendo atrapalhar o contrário. Muito pelo contrário. Estamos imbuídos da maior boa vontade de prestar serviço à sociedade paranaense.

O SR. PÉRICLES MELLO (**Pela Ordem**)

Acho que é importante a manifestação do Deputado Algaci e acho que caminhamos para frente, avançando a partir dos equívocos que podem ter sido cometidos e pelas conversas que tive com a Bancada de Oposição, as questões que foram levantadas no passado com relação ao Deputado Ângelo estão superadas e é muito importante para nós o depoimento do Deputado Algaci nesse sentido e damos as mãos a todos os deputados, porque o importante do nosso pronunciamento é que vá para frente a Comissão Especial de Inquérito, que seja transformada em CPI e que as questões que foram levantadas ontem por alguns deputados, são letra morta, felizmente, e vamos olhar para o futuro, a favor do povo do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Péricles Mello, esta Presidência tem a informar a V. Exa. ao tempo em que cumprimenta a colo-

cação do Deputado Algaci Tulio que manifestos do tipo que V. Exa. leu desta tribuna, em momento algum contribui para qualquer tipo de avanço de investigação nesta. Aliás, muito pelo contrário. E esta Presidência vai ficar muito vigilante quanto a situações como esta.

Estamos - com muita honra, recebendo aqui, na tarde de hoje, uma delegação polonesa composta de 32 integrantes, políticos e empresários. E aproveito esta oportunidade no momento em que recebemos com muita honra e com muito orgulho, solicitar ao Deputado Algaci Tulio que em nome desta Casa, faça a saudação aos nossos irmãos poloneses.

O SR. ALGACI TULIO (**com tradução simultânea**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quero solicitar a colaboração do companheiro jornalista e empresário, Leonardo Tyszka, para que faça a tradução simultânea.

É com muita honra que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nesta tarde, recebe uma delegação polonesa em visita ao Brasil. É uma delegação composta por 32 integrantes, entre eles políticos e empresários que vieram ao Brasil e em especial ao Paraná, estreitar cada vez mais os laços econômicos, os laços de amizade que une o Brasil e Polônia.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se honrada com a presença de cada um dos senhores, deseja uma boa estadia no Estado do Paraná. Essa delegação que chegou ontem, e hoje, pela manhã, já tratou de assuntos importantes ligados à área da agricultura e de outros setores, numa audiência que teve na FIEP.

Dentre os 32 integrantes, vou citar alguns nomes:

Dr. Andrei Lewinski (Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Polônia e Chefe da Delegação) - nosso amigo; o médico, Ministro da Saúde e atual Deputado Federal da República da Polônia e membro da Comissão Parlamentar de Saúde, Dr. Andrei Woytila; o Deputado Piter Florek; o empresário, investidor e vice-presidente da Câmara de Indústria e Comércio da Polônia, Dr. Luís Klinkos; o Presidente do Fórum do Comércio e Vice-Presidente da Câmara dos Vereadores de Ostrolenka - Dr. José Galanek; o Diretor do Castelo de Pulstusko - Dr. Gregório Russak.

A todos aqueles que mencionamos aqui e aos demais integrantes, empresários, jornalistas que fazem parte do grupo, sejam todos muito bem-vindos aqui à Assembléia do Paraná.

Registrando ainda que a TV Polonesa também acompanha a delegação e neste momento registra a visita dos ilustres companheiros aqui à nossa Assembléia.

Como companheiros de Curitiba, do Paraná, que fazem, atendem a esta delegação, inicialmente os nossos cumprimentos ao companheiro Leonardo Tyszka, sem o qual nada disso seria possível, o Leonardo Tyszka Neto e todo a sua diretoria, da Associação de Cultura polonesa brasileira e curitibana, que nos últimos anos vem trabal-

hando muito como ninguém fazendo intercâmbio, que é muito importante entre brasileiros e poloneses.

Dizer a eles, meu caro Tyszka, que o Paraná é um Estado em transformação, Paraná que passa por um momento muito importante na sua vida econômica, Paraná, um Estado iminentemente agrícola e que tem aqui no seu rincão muitas colônias polonesas, entre elas Prudentópolis, que o nosso Presidente, Deputado Nelson Justus tão bem representa aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, que por sinal, neste ano de 2000, vai ter pela primeira vez na sua história um clube profissional disputando o campeonato paranaense de futebol, e o Presidente Nelson Justus é o Presidente de honra.

Queremos também aproveitar para agradecer a presença aqui de empresários curitibanos, paranaenses, que acompanham Leonardo Tyszka, o qual é uma espécie de Ueno, nosso Deputado Federal que representa a colônia japonesa, e que tantas viagens de intercâmbio fez para o Japão, numa delas tive oportunidade de ficar 12 dias no Japão e fazer esse entrelaçamento, esse contato muito importante de intercâmbio, e o Tyszka, também nesta mesma caminhada faz constantemente intercâmbio. Já no ano passado, foi uma delegação composta por Prefeitos, Vereadores, empresários que estiveram na Polônia, e agora é a retribuição do grupo que lá esteve em receber o grupo que vem aqui para o Estado do Paraná.

Cumprimentando então os empresários Jorge Bedenoski, que é o diretor representante da Plastipar, Professor Pedrinho, de Araucária, a equipe de São Mateus do Sul, Sr. Kaminski, o seu José, o seu Irio Ianowski, o Sr. Édio, o nosso amigo Boris Musialowski, da Prefeitura Municipal de Curitiba, que neste ato representa o Prefeito Cássio Taniguchi, Conselho da Associação Polono-Brasileiro e assessor de imprensa da Prefeitura que é o Boris, a Dierna, que é Presidente da Associação de Plantadores de Batatas do Paraná, ainda o Sr. Orlando Sarda, que é Secretário da Agricultura do Núcleo Regional de Curitiba, o Sergio, que é da IMATER, e que evidentemente estão dando todo o suporte necessário às atuações desta comissão que veio ao Brasil, veio ao Paraná, dos diversos órgãos governamentais das empresas privadas, para que eles possam evidentemente ter condições de fazer os seus contatos, intercâmbio e certamente, tenho certeza absoluta, que cada vez mais nos sentimos mais irmãos poloneses, brasileiros por essa vivência, por esse intercâmbio. Por isso, transmita a eles todos, meu caro Tyszka, a saudação em nome da Assembléia do Paraná.

E queríamos agora, Senhor Presidente, encerrando, com a sua permissão dar a oportunidade para que o Deputado, Dr. Andrei Woytila pudesse também fazer uma saudação, evidentemente, já concomitantemente com a sua tradução.

Muito obrigado.

O SR. ANDREI WOYTILA

(O Senhor Tyszka faz a tradução)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, autoridades, senhoras e senhores que estão presente no Parlamento do Estado do Paraná.

É para nós uma grande honra e uma grande alegria, em nome do Parlamento Polonês, da Câmara Federal polonesa, poder aqui hoje falar algumas palavras.

Senhor Presidente, em nome de toda delegação polonesa, agradeço essa oportunidade de poder estar aqui e cumprimentá-los.

O Brasil é um país conhecido para um polaco comum dos cereais, das séries de filmagens e como um país exótico.

No sentido da comercialização, industrialização, conhecemos o Brasil como um produtor de café e de soja.

É claro, que todos os poloneses gostam e são apaixonados pelo futebol brasileiro. Antes foi o Pelé, atualmente os nossos jovens garotos gostam de usar, usam a camiseta do Ronaldo.

Vocês têm uma grande diferença do nosso país, Polônia, vocês moram no outro hemisfério, tanto é que enquanto nós temos lá inverno e neve, vocês estão nos saudando aqui com verão e com um calor maravilhoso.

Vocês também têm uma história muito diferente da Polônia. A Polônia na sua história perdeu muitas vezes, inclusive, a independência; teve momentos muito mais difíceis na sua história, atravessou várias guerras, as quais destruíram o nosso país.

O Brasil por não ter participado de tantas guerras, aqui o comércio e a indústria todo o tempo estavam se desenvolvendo.

A Polônia atravessa uma fase de transformação do antigo regime para o atual capitalismo. Uma transformação em todos os sentidos, comercialização e industrialização.

O contato com a Polônia sempre foi distante, embora tenhamos muitos descendentes de poloneses morando aqui no Brasil.

Os poloneses descobriram aqui sua pátria, seu país, e, muitos deles ficaram aqui, desenvolveram trabalhos e ficaram muito bem aqui.

Os poloneses construíram aqui sua pátria, o seu futuro e colaboraram para o desenvolvimento deste país. E, como estou sabendo, aqui no Paraná vivem muitos poloneses.

A nossa intenção é ampliar os contatos comerciais, políticos e outros.

Nossa delegação é composta por autoridades parlamentares, políticos, empresários de diversas áreas. Está aqui a Câmara da Indústria e Comércio da Polônia com representantes de diversas áreas do setor produtivo, comercial e industrial.

É uma alegria visitar o Brasil nos seus 500 anos do descobrimento e por ocasião dos 130 anos da imigração polonesa no Brasil.

Estamos aqui a convite da Associação de Cultura Polono-Brasileira, do Senhor Presidente Leonardo Tyszkza Neto.

Quero agradecer ao Senhor Leonardo Tyszkza pelo convite e agradecer ao Deputado Algaci Túlio por ter-nos proporcionado este encontro aqui.

Para todos os deputados aqui da Assembléia Legislativa do Paraná, desejo sucesso e também que as vossas ações sejam transformadas em frutos, para que continuem sendo eleitos futuramente.

Cumprimento a todos, em nome do Parlamento da República Federal da Polônia e também em nome do Grupo Parlamentar Polônia-Brasil, de Varsóvia.

Tivemos no nosso Parlamento a visita do mais importante polonês, recentemente.

Queria doar ao Presidente desta Casa uma recordação: o álbum desta visita, que para nós, Parlamentares, foi uma grande satisfação. Desejo muito sucesso, tudo de bom para os senhores e para que na próxima visita, o Papa encontre vocês todos com grande saúde e sucesso na vida.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. ALGACI TULIO

Queríamos registrar algumas presenças, porque só falamos em empresários e nós temos empresárias, também, na delegação, de cinco mulheres e atendendo apelo da deputada Serafina Carrilho, que nos pediu para que fizéssemos o registro e nos pediu que perguntássemos se no Parlamento da Polônia também há mulheres, porque aqui ela é a única representante.

Então, registrando as presenças das Senhoras Vergínia, Marian, Bárbara, Donata, Kinga, Madalena e Mônica, que fazem parte desta delegação, cujas presenças muito honram esta Casa. Muito obrigado a todos, sejam bem-vindos e tirem um bom proveito do Brasil, de Curitiba, a Capital Ecológica do País, Cidade de Primeiro Mundo. Tenho certeza, levarão boas lembranças. Muito obrigado.

O SR. ANDREI WOYTILA

A delegação polonesa com a Associação de Cultura Polonesa-Brasileira estarão num jantar, hoje à noite, para o qual gostaríamos de convidar o Senhor Presidente desta Casa e demais autoridades e Deputados. Ocorrerá no Madalosso Novo, às vinte horas. Tenho certeza de que o ilustre Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, que sempre defende os polacos de Quedas do Iguaçu, de Prudentópolis, Irati, com certeza fará presença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito obrigado.

Esta Presidência agradece ao Deputado Algaci Túlio a oportunidade que nos dá de ciceronar esta delegação polonesa. Sejam bem-vindos em nome de todos os Deputados desta Casa e em especial do Deputado Algaci

Túlio e do Deputado Luiz Carlos Zuk, que é de origem polonesa e fará, aqui, em nome de toda a Casa, uma saudação em polonês.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Infelizmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não falo polonês e português mal. Mas, queria testemunhar a esta Casa, a este Plenário e aos nossos amigos, deste País irmão do Brasil, que é a Polônia, de que não só nós, que somos filhos de poloneses, mas o Brasil, o Paraná, deve muito à Colônia Polonesa que aqui veio se assentar; a Polônia, como disse o Deputado e Ministro Woytila, é um país de muita história. Um País que exportou para o mundo, a música, através de um de seus filhos, que até hoje esta geração e as futuras gerações haverão de reverenciar. Emprestou a este mundo um Para filho da Polônia que mudou a estrutura da Igreja Católica no mundo e deu a mão àqueles que não acreditavam em Deus e eram ateus neste universo e que hoje são irmãos na fé, seja ela qual for, em direção ao nosso Pai.

Woytila falou no Pelé - nós brasileiros admiramos um país pequeno com o nosso continente, o Brasil, e naquela Copa do Mundo quando a Polônia ganhou do Brasil e o Lato foi o exemplo do atleta a todos nós brasileiros.

E aqui no Paraná, o meu time, time do Deputado Pessuti, Nelson Justus e outros Deputados desta Casa tiveram o privilégio de trazer da Polônia e nos ajudar a ser campeão, o Novak e o Piekarski.

Mas a maior virtude do povo polonês está estampado neste Deputado que vos fala. O meu pai nasceu em 1909 na Polônia. Veio para o Brasil com 18 anos, sem saber falar a língua, sem dinheiro. Com a mão, com o trabalho fez a primeira fábrica de bala do Paraná no interior, fez a primeira cerâmica do interior do Paraná; construiu a primeira cerâmica. Para chegar a isto trabalhou de pedreiro, carpinteiro, padeiro, de todas as profissões. Educou os filhos, encaminhou e aqui está um deles, para orgulho da Polônia.

(Aplausos)

Queria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não dizer da emoção, mas a satisfação de ser filho de um estrangeiro. Muitos de vocês são, e é gostoso quando você vê um pai que teve a maior honra que foi o caráter que ele me transferiu. Que Deus continue com vocês.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PMDB, PDT, PSDB, PST, PSB.

(Declinam)

PT. Com a palavra, o Deputado Ângelo Vanhoni.

Esta Presidência deseja registrar com muita alegria a comunidade de Piraquara, os representantes da Congregação Mariana da Imaculada Conceição que vem

aqui agradecer a todo o Plenário, a todos os deputados, a aprovação e a promulgação da lei que declara de Utilidade Pública a Congregação Mariana Imaculada Conceição.

Sejam bem-vindos à nossa Casa, muito obrigado pelo homenagem.

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente e Senhores Deputados, queria relatar ao conjunto da Assembléia, porque ontem, esses últimos dias têm sido dias tensos em função das notícias que acontecem a respeito do nosso Estado no nosso País, e aqui reproduzidos pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Vanhoni, eu peço vênua a Vossa Excelência para que suspenda o seu discurso por alguns minutos apenas para a comunidade tirar um retrato aqui na nossa Casa.

(Fotos)

Está reaberta a sessão, no horário das Lideranças, Partido dos Trabalhadores, com a palavra Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Em função, Senhor Presidente e Senhores Deputados, das notícias que estão sendo veiculadas, principalmente a respeito da vinda da CPI Nacional, dos depoimentos que aconteceram, em Brasília, que foram veiculados a nível nacional e reproduzidos em parte pela imprensa, porque grande parte desses depoimentos, na sua maioria foi tomada de forma secreta, é preciso fazer duas observações. Em primeiro lugar, acho que a Comissão Executiva da Assembléia e o conjunto da Assembléia Legislativa não vai obstar nenhuma investigação a respeito do crime organizado no Estado do Paraná. É esse o entendimento que tive e que tenho.

A Comissão Especial reunida hoje também reforça e reafirma por unanimidade, que todo o empenho será feito pela Comissão de Investigação e pelo conjunto da Assembléia, para que o crime organizado, as pessoas que organizam atividades criminosas no Estado do Paraná possam ser responsabilizadas pelos seus atos, sejam elas relativas ao tráfico de droga, a roubo de cargas e de caminhões, desvio de cargas e roubo de veículos e assim por diante são os dois grandes eixos de investigação do crime organizado.

Em relação à lavagem de dinheiro, nós, aqui, no Paraná, sabemos que o Paraná é um dos Estados que mais concentra a remessa pelas contas CC-5. Em perto de seis anos e pouco, oito bilhões de dólares, de reais na época, foram enviados para fora do nosso Estado, para fora do nosso País, aqui, do Estado do Paraná. Nos dois últimos anos e três meses, dois bilhões e quatrocentos milhões foram enviados do nosso Estado. Parte desses recursos de forma lícita, porque têm origem, são empresas que envi-

aram por conta da CC-5, competem a se explicar à Receita Federal se declararam imposto, se a remessa é legal ou não, mas a origem tem procedência, é de atividade empresarial. Uma outra grande parte, mais da metade, estima-se isso pelos levantamentos feitos, é sem origem, isto é claramente recursos enviados ao exterior, se utilizando do esquema vulgarmente chamado de laranjas. Vamos dar um pequeno exemplo: na cidade de Ponta Grossa, uma pessoa que não tem posse, com endereço, CPF e identidade, manda vinte milhões para fora. Na cidade de Curitiba e Região Metropolitana, um cidadão que não tem posse envia recursos para fora, na ordem de 30, 40 milhões de reais - são recursos de origem completamente desconhecida.

A polícia Federal e a Receita Federal estão fazendo investigações e vão aprofundá-las, para esclarecer e chegar à responsabilização criminal, por esse envio a remessa ilegal de recursos para fora do Brasil.

É preciso ser feita uma reparação, porque muitas vezes, quando se está nesse processo de investigação, do nível em que estamos passando, algumas injustiças podem ser cometidas. Todos nós sabemos que um colega e companheiro nosso, que tem mandato, tem uma relação de propriedade de uma empresa que enviou recursos para fora. Esse processo é público e já existe. A receita Federal e a Justiça Federal estão tratando desse processo.

Sou Presidente da Comissão de Investigação e estive em Cascavel, Brasília e Foz do Iguaçu, em vários lugares do nosso Estado e tive acesso a uma porção de informações. De todas as informações que colhi até agora, tanto do ponto de vista pessoal, com o Procurador Celso Três, quanto do ponto de vista formal, dele, não há nada que possa motivar qualquer ilação, de que o processo do qual a empresa do Baratter está envolvido, tem qualquer vínculo com o crime organizado. Essas são as informações, que tenho do ponto de vista pessoal, corroboradas formalmente pelo Procurador que investiga todo esse processo, em Cascavel, em Foz do Iguaçu, no Paraná inteiro e também pelas informações pessoais que foram me dadas. É preciso fazer um reparo, porque como está se tratando do crime organizado e aparece o processo do qual o Deputado Baratter, a sua empresa e seu irmão estão envolvidos há questão de seis meses atrás, muitas vezes aparece como se o Deputado Baratter tivesse qualquer relação com o crime organizado. É preciso ser feito este reparo para que não se cometa injustiça!

Isto não nos exime, isso não nos retira a obrigação e o dever de levar todas as investigações relativas ao tráfico de drogas, ao crime organizado, ao roubo de cargas e até as outras investigações relativas à lavagem de dinheiro que se tiver qualquer um envolvido e comprovado e com possibilidade de se oferecer denúncia, que se prove e que abra o processo de investigação.

No entanto é preciso ressaltar as investigações que dizem respeito às atividades do Deputado Baratter, com seu irmão, hoje não existe nada que possa dizer que tem qualquer coisa relativa ao crime organizado. Eu vi que

algumas notícias que aconteceram, tanto em veículos de comunicação como rádios e até em alguns veículos de imprensa escrita, tentam fazer uma relação neste sentido. É imprópria e relação, é injusta e neste momento é leviana!

Por isso acho que este reparo deve ser feito porque sei o que deve estar passando o Deputado Baratter com tudo isso que vem sendo falado, muitas vezes, na grande parte injustamente, a seu respeito e das atividades da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Conhecendo V.Exa. como conheço, filho do meu professor e saudoso Vidal Vanhoni, não esperava outra atitude de V.Exa. e sabia que, sem dúvida nenhuma, estes esclarecimentos que, muitas vezes, poderiam ter ficado um pouco obscuros, seriam esclarecidos e eu o cumprimento, em nome desta Casa, para que seja restabelecido o respeito e a verdade, a bem de todos nós.

Quero aproveitar, Deputado Vanhoni, Srs. Deputados, para, nesta oportunidade em que se noticiam fatos como aqueles que tivemos conhecimento através da imprensa, principalmente através do jornal O Estado de São Paulo, a Mesa Executiva, depois de uma reunião, resolveu encaminhar uma correspondência ao Sr. Procurador Geral da Justiça, Dr. Gilberto Giacóia, no seguintes termos:

(Lê):

“Senhor Procurador Geral da Justiça:

Tendo em vista notícias divulgadas pelo jornal O Estado de São Paulo do dia 20 do corrente, dando conta de que Deputados Estaduais do Paraná teriam recebido R\$3,4 milhões para arquivar a CPI que investigaria a venda da SERCOMTEL para a COPEL, e sabedor de que o Ministério Público estadual instaurou procedimento de investigação que inclui a transferência de ações ocorrida entre as duas citadas empresas, solicito de Vossa Excelência seja informado a esta Casa, para os fins de direito, se foi apurado ou há indícios de envolvimento de algum dos membros desta Assembléia nos apontados fatos ou se de qualquer forma, a acusação feita pelo referido periódico encontra algum respaldo no que foi constatado pela investigação.

Esclareço a Vossa Excelência que é do interesse desta Presidência e desta Casa que os fatos sejam prontamente esclarecidos a opinião pública paranaense, para que não paire a menor dúvida sobre o comportamento ético de nossos parlamentares e para que não seja o Poder Legislativo, como instituição, afetado por notícias infundadas e desprovidas de qualquer seriedade de propósito.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado Nelson Justus
Presidente”

Portanto, Srs. Deputados, a Mesa Executiva, depois de uma reunião e conversa com o Departamento Jurídico, achou por bem encaminhar esta correspondência para que não deixemos qualquer tipo de dúvida. Esta mesma Mesa Executiva agirá como sempre agiu com toda a seriedade, com todo respeito, com todo equilíbrio buscando sempre a transparência e a verdade. Enaltecendo que, em momento algum, cruzaríamos os braços por qualquer ação que pudesse imacular a imagem desta Casa.

Faço esse aparte por entender que caberia perfeitamente esses dois nossos esclarecimentos para os nossos companheiros de Assembléia. Muito Obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado, Senhor Presidente, são relevantes essas informações. É preciso que se esclareça bem essa questão veiculada no jornal “O Estado de São Paulo”. Todos sabemos da importância e da luta que se teve para esclarecer a CPI do SERCOMTEL e da COPEL. Devemos esclarecer isso até as últimas consequências. Se for verdade o que aconteceu na desistência em relação à CPI, é preciso que se chegue aos responsáveis. Portanto, se não for verdade é necessário que se faça a reparação devida.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Carlos Baratter.

O Sr. Antonio Baratter

Deputado Ângelo Vanhoni, o senhor não imagina o quanto isso me faz bem.

Tem um ditado burro que diz o seguinte:

“Quem não deve não teme”. Ele não tem nenhum caráter científico, mas para a população isso é uma verdade. Nós não devemos nada. Aliás, nem no processo da denúncia fiscal existe algo que hoje me preocupa. Na nota que o Procurador deu quando a imprensa nacional tentou me vincular ao narcotráfico, ele diz que não devo absolutamente nada. Mas, mesmo aos fatos denunciados em momento algum, depois de três anos de análise, ele percebe que mesmo se eu tivesse cometido, não tínhamos a consistência. E no Direito Penal quem não tem consciência não deve. Então naquele processo ele já me absolveu, mas quem vai dar a sentença é o juiz.

Quero dizer aos senhores que isso me conforta. E mais, em momento algum procurei um membro da CPI do narcotráfico. Nunca. Não porque quem não deve não teme, mas para que vocês pudessem fazer o trabalho que vocês têm feito. Mas claro que a minha situação é incômoda, quando a maioria dos jornais diz o seguinte: “O Deputado Baratter está convocado para depor na CPI do narcotráfico. “Ninguém me conhece. Nunca ouviram falar do meu nome. Fica incômodo quando você liga uma rádio e lá o comentarista diz o seguinte: “Nós já sabemos quem é o deputado envolvido com o narcotráfico. O Deputado Ângelo Vanhoni não quis dizer, mas sabemos que é o Deputado Antonio Carlos Baratter.”

Então isso tudo hoje não me tira nenhum peso. Aliás nunca me preocupei com isso. E quero aqui agradecer os Deputados que têm me dado solidariedade, que têm procurado me ajudar.

Mas ontem tomei uma decisão. Ali no meu gabinete estamos com 23 processos que vamos dar entrada na justiça, amanhã. Todas aquelas pessoas que irresponsavelmente, ou sem conhecimento colocaram o meu nome no jornal, na televisão ou no rádio serão processadas.

Quero dizer a você, Deputado Ângelo Vanhoni e à Comissão do Narcotráfico que estou disposto a qualquer coisa. Nunca recusei nada. É uma maneira de ser famoso que não queria. Isso é ruim para mim. Percorri vários países do mundo dando palestra sobre neuro-lingüística, como quebrar o paradigma num momento ruim. Isso nunca me atingiu. Alguns Deputados falam você até é irresponsável, você não vai atrás disso. Não, esse é o meu jeito.

O importante não é aquilo que acontece com a gente. O importante é como a gente reage com aquilo que acontece com a gente.

Aliás a imprensa até tem dito que o Rossoni, que o Lerner, que alguns Deputados estão tentando me socorrer para que eu permaneça aqui na Assembléia, para que o processo não ande.

Ora, o meu irmão não é Deputado! Por que é que não vão atrás do meu irmão? Porque não têm interesse? Não! Porque já está aprovado no processo, que realmente das trinta e poucas indústrias, depois de três anos, não provaram nada. Absolutamente nada. Aliás, o tempo em que fui investigado, nem mais tinha esta casa de câmbio.

Agora eu não entendo como é que a imprensa não busca um dado um pouquinho mais diferente, não se aprofunda um pouquinho mais nas coisas. Esse é o meu questionamento.

Quando dizem que a imprensa é o 4º poder, para mim, não é o 4º poder. Prefiro uma imprensa que erre, que minta, que faça a maior sacanagem na democracia, do que a imprensa que fala a verdade na ditadura.

Então, a todos os amigos da imprensa, os que me caluniaram, os que fizeram chacota, os que procuraram falar a verdade, não muda nada, só que eu não posso mais continuar calado.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, é este o informe que precisa dar, esse reparo precisava ser feito.

Tenho acompanhado, preocupado, o que tem saído na imprensa. Tomei conhecimento dessas afirmações na rádio, não fiz nenhuma declaração a respeito do Deputado Baratter. Não faria isto porque seria leviandade da minha parte. Conheço o processo dele, tenho acesso ao processo, recebi cópia da Procuradoria da República e conversei com o Celso Três na época.

Acho que neste momento fazer esse tipo de relação é uma injustiça em relação ao Deputado, querendo colocá-lo como membro do narcotráfico do Estado do Paraná.

Este reparo precisava ser feito. Espero que com isso tenho contribuído para deixar pelo menos o Deputado Baratter podendo se defender com um pouco mais de tranquilidade no processo que já corre lá na Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus) PPB, PTB (Declinam)

Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje sinto que valeu a pena usar o microfone desta tribuna, na segunda-feira, em defesa deste Parlamento e do nosso Estado.

Sinto que valeu a pena, porque Vossa Excelência, com a Executiva dessa Casa, tomou atitude, deu um passo em busca da verdade.

Então, como Vossa Excelência já tomou atitude, convocando a manifestação do Ministério Público, através do Procurador Geral da Justiça do Estado, Gilberto Jacóia, vou aqui, como Líder das Oposições pedir calma e prudência.

Nada mais do que isso, porém a calma e a prudência não nos impedem no sentido de mais uma vez formalizarmos a proposta de uma CPI, porque todos nós, Deputados, representantes do povo do Paraná temos o compromisso de buscar a verdade através dos instrumentos que nos restam, dos pedidos de informações que muitas vezes são obstados nessa Casa, principalmente pedido de informação quando parte das Oposições. Felizmente para todos nós, muitas vezes, o Deputado Líder do Governo, Valdir Rossoni, tem através do seu trabalho pessoal entregue as informações que muitas vezes a Oposição deseja, precisa e não encontra nenhum caminho para alcançá-los.

Temos que reconhecer essa qualidade pessoal do Deputado Rossoni, porém, lamentar que muitas vezes, pedidos de informações, principalmente nascidos da Oposição, evitaria a proposição de CPIs porque os Deputados teriam conhecimento de tudo o que está acontecendo. É lamentável saber e ver na imprensa do Paraná e na imprensa nacional o que está acontecendo com uma das principais cidades do Paraná, que é a Cidade de Londrina. Se for mentira, vejam que irresponsabilidade e que lamentável seria execrar um homem, uma autoridade pública, quando tudo isso não passa de balão de ensaio. Porém é justo que a sociedade organizada, muitas vezes por omissão dos Vereadores que não buscam a verdade, que se entregam ao poder, muitas vezes a sociedade, sem nenhum instrumento, se organiza e pede que a verdade seja esclarecida. Mais de 80 entidades de Londrina estão

solicitando isso e isso só aconteceu pela omissão dos Vereadores daquela grande cidade.

Peço a todos os Senhores Deputados, por mais que apareçam as dificuldades no dia-a-dia; nós da Oposição já assinamos. Temos 14 assinaturas aqui no pedido de nova CPI, da COPEL e SERCOMTEL, porque muitas coisas precisam ser esclarecidas. A COPEL que está vendida, comprou 45% das ações da SERCOMTEL por 186 milhões. Ninguém compreende isso. Uma empresa que está sendo preparada para ser privatizada, autorizar a compra de 45% de ações de outra empresa e não foi em leilão, não, foi em negociação autorizada pela Câmara Municipal e daquela dívida que era apenas de 12 milhões, a Prefeitura autorizou a COPEL a depositar diretamente na conta do Banco FonteCindan a importância de 47 milhões.

Ora, algo chama a atenção de todos nós. A diferença é de 35 milhões. Se tudo isso é um acúmulo de juros por atraso, mora, multas, tudo isso é fácil de ser explicado, mas nenhum de nós, deputados, até hoje, recebeu as explicações, porque a Prefeitura de Londrina autoriza pagar 47 milhões por uma conta de apenas doze milhões.

Se tudo isso chama a atenção, nada melhor do que esclarecermos os fatos e propormos uma CPI e esperar que os deputados possam compreender que isso é uma questão pública, que é dinheiro público que está se colocando em dúvida. Peço aos deputados que compreendam e que nos ajudem a formalizar essa CPI para que o povo do Paraná possa ser esclarecido.

Temos outra CPI andando e muitos dizem que desejamos uma CPI para cancelar os contratos do pedágio. Não é isso. Queremos uma CPI para esclarecer o superfaturamento. Queremos uma CPI para saber por quais motivos o governador deu 50% de desconto na véspera das eleições.

Queremos saber por que agora estão querendo aumentar o custo do pedágio em 116%. Isso é um absurdo! Esses absurdos têm que ser esclarecidos e não temos outros instrumentos senão aprovarmos a CPI do Pedágio também sob pena de sairmos às ruas e a própria população, com o dedo em riste dizer: “estes são os nossos representantes, inoperantes, na Assembléia Legislativa”, porque de tudo o que pedimos e queremos saber, eles não representam os nossos interesses.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a CPI do Pedágio é importante, a CPI da COPEL e da SERCOMTEL também é importante.

Concedo aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Edgar Bueno, Vossa Excelência fala o que nós pensamos. Primeiramente, temos que cumprir a Mesa pela atitude que tomou, que era a atitude que esperávamos. Atitude rígida buscando salvar a imagem deste Parlamento. Foi exatamente nesse caminho que nós nos pronunciamos em nome do PMDB, na sessão de anteontem. Agora, achamos que precisamos de mais

instrumentos para esclarecer toda essa situação. Nós não queremos, Deputado Edgar Bueno, holofotes como algumas pessoas tentam induzir. Nós não queremos mídia. O que nos preocupa, sobremaneira, é o Paraná. Foi pelo Paraná que nos elegemos deputados, para defender os interesses do nosso Estado. E como dissemos: a situação de Londrina no que diz respeito à AMA, à COMLUB e essas siglas todas que temos visto na imprensa. Quer dizer, a Câmara Municipal vai investigar, a Câmara tem, na verdade, a legitimidade para fazer. Agora, existe uma outra negociata que originou tudo isso; que é o envolvimento da COPEL. Envolvimento da COPEL quando a COPEL comprou 45% das ações da SERCOMTEL e que para nós existe uma série de dúvidas relacionadas a este assunto. E que foram as mesmas dúvidas que, com certeza, motivaram os parlamentares que subscrevem aquela CPI que acabou sendo extinta. São as mesmas dúvidas que persistem ainda.

Por isso, Deputado, as atitudes que o Presidente Nelson Justus, com a Mesa Executiva tomou, são louváveis e têm toda nossa empatia, toda nossa solidariedade e achamos que é este o caminho. Mas nós precisamos mais, queremos mais. Queremos esclarecer. Queremos saber item por item de todo este nebuloso caso. Por isso que a CPI é o único caminho.

Vamos reativar a CPI, não tem problema. Quem não deve não teme. Quem tem a cara limpa não tem problema nenhum! Nós não queremos aqui chamuscar o nome de nenhum Deputado. Quando disse aqui, dias atrás, que estávamos defendendo uma posição política e o Deputado Valdir Rossoni falou do outro lado que eu estava querendo dizer que era política. A política é porque nós, da Oposição, achamos que as coisas foram feitas de forma equivocada. É uma visão política e a posição da Bancada do Governo que não nos deu a sustentação para instalar a CPI do Pedágio, também deve ter uma motivação política para pensar assim. É essa a política, não a política mesquinha, politicagem na maneira banal de se fazer e de se falar.

Então achamos, Deputado, que nós precisamos montar uma CPI e não queremos criar dificuldade para nenhum colega nosso aqui na Assembléia. Porque achamos e acreditamos que nenhum Deputado tem o seu nome envolvido em qualquer tipo de situação irregular. Temos quase que certeza disso. Por isso é que a CPI vai dar esse instrumento para podermos investigar e mostrar para a população do Paraná o que é que aconteceu em relação à transação da COPEL com o SERCOMTEL. Esse é o ponto que para nós precisa ser esclarecido. E evidentemente isso fará com que fique claro que esta Assembléia é constituída por homens e mulheres decentes e sérios.

O SR. EDGAR BUENO

Obrigado pelo aparte, Deputado Nereu Moura.

Sinceramente quero confessar, aqui, que sinto que temos problemas, temos constrangimentos mas a vida

pública nos leva a enfrentar as alegrias e também os constrangimentos.

Quero confessar aqui, Senhores Deputados, e o Deputado Antonio Belinati não precisa do meu favor, não precisa de ninguém, é um brilhante Deputado, é um colega nosso e quando falo da família Belinati, me corta o coração. Mas a vida pública, o meu compromisso público me leva a questionar esse problema tão sério e tão triste da Cidade de Londrina. Lógico que queremos esclarecer os fatos, lógico que jamais nós, como homens públicos, vamos permitir que calúnias desta monta sejam feitas, mas quando há os indícios, todos temos o compromisso, a obrigação de levantar esses fatos, foi para isso que fomos eleitos, é isso que o povo do Paraná espera de todos nós, de qualquer um de nós, do interior ou da capital.

Estamos aqui para fiscalizar o Governo, estamos aqui para defender os interesses da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Queremos aqui voltar à tribuna, e falar novamente de uma questão que tem se tornado até cansativa, porque eu tenho sido repetitivo na posição da bancada de sustentação do Governo.

Inicialmente, quero dizer aos Srs. Parlamentares, por não apoiar a CPI da SERCOMTEL, não apoiar a CPI do Pedágio, não me acho nem mais honesto nem menos honesto do que ninguém nesta Casa, porque isto é uma questão de posição, de entendimento e de visão da questão, da forma com que nós estamos enxergando. Esta é uma visão política. Vou justificar aqui, inicialmente o porquê de não apoiarmos a CPI da SERCOMTEL, porque num determinado momento nesta Casa, foi pedido aqui informações de que forma a COPEL tinha efetuado os pagamentos da compra de parte das ações da SERCOMTEL. Foi uma informação feita, não sei por qual Deputado, e que prontamente a COPEL forneceu por escrito, e posso voltar a trazer a documentação no dia de amanhã, de que forma foi o procedimento que a COPEL obteve neste episódio.

Por que nós não apoiamos a CPI? Porque achamos que no momento em que a COPEL esclareceu a forma de pagamento e o seu procedimento, a questão SERCOMTEL volta à Londrina, e achamos que o Ministério Público, os Vereadores de Londrina têm a competência de dirimir as dúvidas e fazer as investigações necessárias. Sobre a SERCOMTEL esta é a posição da Bancada do Governo, e nem por isso ninguém pode atribuir que alguém é mais honesto ou menos honesto do que outro, aqui nesta Casa.

A nossa posição é clara, não deixa dúvidas, nos deixa confortáveis; não temos medo de enfrentar a popu-

lação em lugar nenhum nas nossas posições, porque fazemos isso com convicção.

Pode aqui ter parlamentares que discordam da nossa posição, deve ter deputados que discordam da nossa posição, mas é uma posição nossa tomada. Estamos aqui justificando a nossa atitude. Caso não haja um episódio ou um acontecimento que venha justificar a nossa mudança de atitude, continuará sendo a mesma, talvez repetitiva, talvez cansativa, mas continuaremos com a mesma posição.

Por isso quero dizer aos companheiros da Bancada de Governo, dizer aos senhores que estamos aqui colocando a nossa posição de uma vez por todas. Caso não haja um acontecimento novo, somos contrários porque achamos que isto já está sendo investigado pelo Ministério Público e é atribuição da Câmara de Vereadores de Londrina.

Quanto a questão CPI pedágio, temos repetido e quero pedir a Vossa Excelência, Senhor Presidente, acredito que a Presidência poderia fornecer aos Parlamentares desta Casa uma assessoria, para que esta pudesse, junto aos Senhores Parlamentares que desejarem fazer uma investigação na documentação de concessão das rodovias, para que eles se dirijam à Secretaria de Transportes, que está, toda a documentação, à disposição dos Senhores Parlamentares. Até o presente momento a documentação das rodovias concessionadas recebeu apenas duas visitas: do Deputado Péricles e do Deputado Rosinha.

Disse aqui, para nós seria muito fácil, a questão da CPI. Esta documentação, todos esses cálculos, toda essa tabela de preços foram feitas ainda pelo Secretário Deni Schwartz. A licitação da concorrência pública foi feita pelo atual Secretário, Heinz. Mas, nós - sei que jamais serei compreendido pelos Deputados da Oposição - Deputados da Situação, que apoiamos o Governo temos um entendimento, que se houver vontade de se fazer as investigações necessárias, os documentos estão lá à disposição. Mesmo que se negue aqui a proposição da CPI, está aí o Ministério Público, com uma boa assessoria, a documentação à disposição, pega-se essa irregularidade e encaminha-se ao Ministério Público, já que se nega a CPI.

Mas, Senhor Presidente, eu, sinceramente - desculpe a minha franqueza - não vejo até o presente momento, na questão da CPI do Pedágio, nenhuma vontade de esclarecer, e, sim, uma vontade política de querer atribuir aos Senhores Parlamentares de apoio, de sustentação ao Governo, que eles são os responsáveis pelo aumento do pedágio ou pela baixa do pedágio. Todos sabemos que o Governador Jaime Lerner diminuiu o pedágio no Paraná; entraram na Justiça. Isso aconteceu no Rio Grande do Sul, quando o Governador então eleito, Olívio Dutra, também diminuiu o pedágio, e a Justiça determinou que voltasse o preço.

O Governador Jaime Lerner vem lutando com as concessionárias para que não se eleve o preço do pedágio

aos valores determinados pela Justiça. Por isso, peço à Bancada de Sustentação do Governo, que continuemos firmes. Se alguém quiser fazer investigação e não tiver competência técnica, peço ao Presidente Nelson Justus que forneça a essa equipe, a esses membros, a essas pessoas que tenham a competência dessa questão, porque nós, Deputados, não temos obrigação de entender de tudo. Se falar de saúde, não tenho nenhuma obrigação de entender tudo. Se falar aqui para o Deputado Rossoni de pedágio e eu não me assessorar, também não entendo toda a questão do pedágio.

Se vocês falarem comigo de indústria madeireira, sou expert nisso aí, falo desde o plantio da matéria-prima até a hora de entregar esse produto na Alemanha, na Inglaterra, na Holanda, na Irlanda, em qualquer país do mundo. Nisso sou doutor. Agora, não tenho a obrigação de entender de tudo, nem os Senhores Parlamentares.

Por isso, quero aqui, Senhor Presidente, deixar claro que a nossa posição não vai mudar se não vierem aqui com argumentos que tragam consistência. E, para que possamos ter argumentos com consistência, certamente teremos que ir em busca dos documentos que estão à disposição, na Secretaria de Transportes.

O Secretário Heinz disse-me ainda ontem: “Estou à disposição e não tenho nenhuma preocupação em voltar à Assembléia levando os esclarecimentos e o entendimento técnico da questão.” Então, de uma vez por todas, para que não nos tornemos cansativos, queremos dizer, com todo o respeito aos Senhores Parlamentares da Oposição, que nós, Deputados da Situação, não nos prestaremos ao serviço político para o jogo político que, na verdade, existe, é real. Não podemos negar este direito à Oposição, mas ela não pode colocar aqui de forma nenhuma que quem não assina não é honesto, que quem assina é honesto.

Não assino! Não vou assinar! E, quero dizer aos senhores que coloco tudo que for possível para provar a minha honestidade dos meus amigos.

Senhor Presidente, agradeço por ter me dado alguns minutos, espero que os Deputados que me pediram aparte entendam que meu tempo esgotou e quero agradecer aqui a compreensão que tenho tido dos companheiros que apóiam o Governo Jaime Lerner.

Sabemos nós que estamos transformando este Estado, sabemos que estamos plantando uma árvore que vai gerar muitos frutos a este Estado, sabermos que quem tem coragem de transformar, enfrenta muitos problemas. Certamente que estamos passando um momento de muitas dificuldades porque não conseguimos, como disse o economista Luiz Nassif, acertar a questão previdenciária do Estado, mas vamos acertá-la e vamos sim, recuperar este momento de dificuldade com muitas obras neste Estado e muitos opositoristas vão sentir falta do palanque do Governo para fazer o seu discurso, porque ele terá muita competência e muita justificativa para pedir o voto da população paranaense. Certamente, depois da transformação que fizemos em quatro anos,

vamos começar a colher os frutos. Depois de resolver o problema previdenciário do Estado, certamente colocaremos este Estado nos eixos com a sua situação financeira saneada.

E, não será somente para o Governo Jaime Lerner a solução da previdência, mas também para os próximos governantes que irão governar o Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Carlos Marchioro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a firmar convênio com o Município de Wenceslau Braz. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA PROJETO DE LEI Nº 078/99

“Fica suprimido o art. 2º do Projeto de Lei nº 078/99”.

Sala das Comissões, em 23.02.2000.

(a) BETO RICHÁ

Apoio:

Moysés Leônidas, Nelson Garcia, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Durval Amaral.

JUSTIFICATIVA:

Estamos suprimindo o Art. 2º do Projeto de Lei nº 078/99, por entendermos que o mesmo afeta a autonomia municipal.

O projeto irá à C.C.J..

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que institui o Selo de Qualidade Ambiental do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E C.E.M.A.. **Em votação.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Gostaria de pedir à Bancada do Governo para que votasse contra este projeto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

(Para Encaminhar)

Senhor Presidente...

O SR. VALDIR ROSSONI

Antes, se me permite o Deputado José Maria, gostaria de dizer ao Deputado José Maria que tenho em mãos e entregarei a V. Exa., todas as justificativas do porquê nos posicionamos contra o seu projeto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

(Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

O meio ambiente é uma questão tão importante para nós e para o destino da humanidade que ela não tem que se ater às questiúnculas político-partidárias de posicionamento. Jamais o Governo veio a esta Casa, através de seus representantes, dizer que o nosso projeto não atendia finalidades e discutir as suas questões, o seu mérito. Não houve, por parte dos interessados do governo, nenhuma manifestação.

O projeto caminha nesta Casa há mais de três anos. É um projeto que visa criar um selo de qualidade, permitindo que possamos cada vez mais defender o nosso meio ambiente, defender a qualidade do produto. E não tem justificativa, Senhor Líder Deputado Valdir Rossoni, o encaminhamento da votação em contrário. Porque se houvesse uma justificativa plausível, de mérito, com certeza o Governo teria encaminhado para esta Casa a discussão, teria sido discutido na Comissão de Meio Ambiente. E aí, então, estaríamos dizendo e cumprindo o papel, neste Parlamento. Então a lei não serve à sociedade, a lei não serve ao meio ambiente. Ela não cumpre as finalidades as quais se propõe.

Ora, mas estas discussões, Senhora Deputada e Senhores Deputados, não surgiram. Esta discussão não

foi trazida à baila, não foi trazida a este Plenário. E por que hoje, o governo dá um encaminhamento a este projeto, neste sentido?

É aí que sempre estamos dizendo, pelo respeito à minoria, Senhores Deputados! É aí que o Parlamento se faz respeitado. Quando respeitamos a diversidade das idéias, mas sabemos reservar o núcleo, que é aquilo que interessa à sociedade paranaense.

Gostaria, Senhor Deputado Valdir Rossoni, que o governo tivesse tido a coragem e a lealdade, não para com este Deputado, mas para com esta Casa, e tivesse vindo discutir, e colocar sua objeção contrária ao mérito do projeto. Aí não teria problema. Não serve à sociedade? O governo mostra outro rumo, mostra outra direção e o Deputado José Maria encaminha em outra direção, através de um projeto de lei.

Está errado. Mas, não veio. É um desrespeito a esta Casa quando a Liderança do Governo é orientada a tomar este procedimento. E avilta não o meu projeto. Avilta a consciência daqueles que são obrigados a votar segundo esta orientação.

Estou aqui, colocando minha posição, para que não aviltemos. Sejamos, sim, a Bancada de apoio do governo, que precisa ter. Mas, não seja aviltada. Não seja maniqueada na sua consciência maior!

Por isso, Senhores Deputados e Senhora Deputada, é que eu, não em desrespeito ao Deputado Valdir Rossoni, que lidera a Bancada do Governo, mas em respeito a cada uma de nossas consciências, peço o voto favorável ao projeto em pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Rejeitado o projeto.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

(Pausa)

Nove Senhores Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

(Pausa)

Está rejeitado o projeto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que faça constar na Ata dos trabalhos o voto favorável dos Deputados: Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Antonio Annibelli, Nereu Moura, Edson Strapasson, Moysés Leônidas e o Deputado Hermes Fonseca.

Muito obrigado.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor José Anunciação dos Santos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (**Pela Ordem**)

Gostaria só de anunciar a presença do Presidente da Câmara da Cidade de Paranaguá, Dr. José Maria, um brilhante Parlamentar, político ativo, com muito respeito na Cidade de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/99, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que institui, no âmbito da Secretaria do Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. COM EMENDA DA C.C.J..

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, recomendo à Bancada do Governo o voto contrário a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o projeto.

Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

Está rejeitado o projeto.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que institui no Estado do Paraná, o Dia Estadual da Pequena e Micro Empresa, dia 05 de outubro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 155, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA
(**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná vem, nos últimos anos, apresentando sucessivos déficits financeiros, e esta Casa, com certeza, precisa fazer um acompanhamento melhor, e precisa conhecer. Não é montar CPI, não é uma questão de buscar, fazer, chamar para si os holofotes da imprensa, mas é

cumprir o nosso papel de acompanhamento, de dizer aonde estão indo as receitas do Estado, e permitir, sobretudo a transparência da administração pública.

Conversávamos com os Deputados Augustinho Zucchi, Plauto, Miltinho Puppio, no intervalo do almoço, e reclamava que muitas das ações que as vezes cabe a esta Casa, tendo uma dificuldade maior. Deputado Miltinho Puppio, é justamente por esses fatos que a informação é sonegada, a informação não é permitida ao acesso, Deputado Tony Garcia. E aí, não terão condições e nem direito de cobrar nada da Oposição, porque quando tentam passar feito um rolo compressor, perdem a dignidade e a condição de cobrar alguma coisa da Oposição.

É mais um, como tantos outros, que com certeza será derrubado, e aí a Oposição não vai ter, e não tem porque ter nenhuma condescendência, porque realmente até as informações são negadas.

A convivência, se é que fica difícil, fica difícil aqui porque não se tem permitido a informação, que não é nada mais que a obrigação de qualquer Parlamento, é obrigação de qualquer homem público, qualquer mulher pública, de atuação pública, receba o voto, procurar ser transparente nas ações do Governo.

Ora, quantos dos senhores sabem quanto o Estado deve de ICM ao contribuinte paranaense. Essa informação será que não é importante ao Paraná e a situação na qual vivemos? Aonde os senhores não têm, os senhores que são Deputados da base de apoio, não têm recursos, e isto é todo dia jogado na cara dos Deputados que o Governo não tem recursos para transferir para as suas bases de apoio, e em recursos legítimos. Não estou falando daqueles que são ilegítimos, não, mas estou falando de recursos para os Deputados atenderem as suas bases municipais.

Entretanto, não se conhece a verdadeira realidade financeira do Paraná, e quando se busca conhecer, temos reprovados os requerimentos nesta Casa, por mero capricho de quem tem a maioria e a manobra no capricho. E esta Casa, Senhores Deputados, não deve prestar a caprichos, mas deve prestar a um princípio, ao princípio que nos norteou a vir aqui para dizer que somos representantes. O Palácio Iguaçu tem o seu representante, ele vem aqui e fala conosco através do seu secretariado; agora, o povo vem a nós, para aqui exercer os seus legítimos interesses. Portanto, se entenderem que cumpra o papel, preciso conhecer essas informações, é só conhecer, é saber.

Permita-me, Senhor Presidente, vou ler: “o Deputado que o presente subscreve, em uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente requer, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado, Giovani Gionédís, solicitando os valores de créditos de ICMS que o Estado deve aos contribuintes”. O que tem que não podemos conhecer? Se trouxerem a informação ou se algum Deputado ou a Mesa ou a Liderança do Governo tiverem, não tem problema - é só informação. Sonegar informação ao

Poder Legislativo, sonega a existência e a razão desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Senhor Presidente, tenho o maior respeito ao Deputado José Maria Ferreira, mas Vossa Excelência se referiu não apenas ao Líder do Governo, mas à Bancada Governista, e faço parte dela. Dizer ao Deputado José Maria Ferreira que as coisas se invertem no Parlamento: quando o lado de lá era Situação, nós, do lado de cá, éramos Oposição. O jogo político é este no Plenário. É uma questão de interesse político, não é uma questão de sonegar. Estou aqui desde 1988 e não vi nada diferente. O filme é o mesmo, só mudam os personagens. Hoje, fazemos o jogo que eles faziam antigamente.

O discurso de Vossa Excelência, com todo o respeito a que me merece, quero deixar bem claro para quem está chegando agora na Assembléia, pode parecer: “essa bancada do Jaime Lerner não quer que ninguém saiba nada”. As bancadas do Requião, do José Richa e do Álvaro Dias foram assim.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, para encaminhar?

(Assentimento)

Senhor Presidente, tem razão o Deputado Algaci Tulio, quando diz que as condições, aqui no Plenário, se invertem, sem sombra de dúvida. Hoje, é um governo que governa o Paraná diferente daquele que governou até 31/12/94. Naquela oportunidade, essas informações não eram necessárias de serem prestadas aos Senhores Parlamentares e nunca foram requeridas nos termos desse requerimento, Deputado Algaci Tulio, porque naquela oportunidade o governo do Paraná não devia ICMS aos contribuintes - não existia a prática da antecipação de ICMS junto à COPEL, à SANEPAR, à Brahma, à Phillip Morris, Spaipa, à Cimentos Votoran. Não era necessário trazer requerimentos desse tipo, com esse teor, porque de fato era diferente naquela época o comportamento do governo que representávamos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Senhor Presidente, eu tinha entendido que o requerimento fazia parte de um esclarecimento, que tudo o que for legal e exigido por lei, o governo presta esses esclarecimentos, através de seus balancetes mensais.

É importante refrescar a memória de alguns Parlamentares, de que grande parte do crédito de ICMS, hoje, do débito de ICMS que o Estado tem hoje com as empresas paranaenses, são empresas exportadoras, que se creditam do ICMS, porque existe uma lei chamada

Kandir. Todos nós estamos lendo em jornais, todo dia, essa discussão em que o Governo Federal faz continência com o chapéu do Governo do Estado.

Por isso, encaminhamos qualquer esclarecimento que o Deputado quiser. Nesse sentido, estará à disposição dos balancetes mensais do governo - os demonstrativos. E quanto a nós não termos requerido esse tipo de requerimento, é porque não existia a Lei Kandir nos seus governos. Estamos, sim, hoje, contribuindo para que o Brasil melhore a sua balança comercial, concedendo isenção de ICMS, baseando-se em cima da Lei Kandir. Por isso, recomendo à nossa bancada forte e unida, para que votemos contra o requerimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, para encaminhar?

(Assentimento)

Escutei atentamente a explanação tanto do Deputado Algaci Tulio quanto do Deputado Rossoni mas se é verdade o que o Deputado Rossoni falou no microfone da Assembléia Legislativa, se é a expressão da pura verdade, então, Deputado, se é o problema da Lei Kandir, Vossa Excelência tem que estar do nosso lado para aprovar este requerimento, porque não tem nada para ser escondido! Se não há nada a ser escondido em relação aos débitos do ICMS, que são relativos ao problema de exportação em função de uma lei federal, logo toda a Assembléia Legislativa deve saber como está se procedendo para saber o quanto o Paraná está sendo prejudicado, para que a gente possa, inclusive, junto com o Governador do Estado, cobrar as alterações e a parte que é devida, em relação a Lei Kandir, do Governo Federal.

Quero me ater exatamente no núcleo de verdade da sua argumentação, se isso é uma disposição federal, se não há nada a temer, se o Governo do Estado não está lançando mão de nenhum outro expediente para lançar débitos em relação ao ICMS com as empresas do Paraná, então, Deputado Valdir Rossoni, peço que Vossa Excelência, para ser coerente com a sua posição e com a sua explicação, aqui no Plenário, que peça à Bancada do Governo que, em conjunto, com a Bancada de Oposição, aproveemos este requerimento para que a transparência seja clar.(?) E que saiamos todos nós, daqui, para cobrar junto ao Governo Federal, aquilo que é devido ao Governo do Estado do Paraná e aos contribuintes do nosso Estado.

Por isso, em função da sua argumentação, peço que Vossa Excelência reveja a sua posição, e encaminhe votação favorável a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputados que aprovam o requerimento do Deputado José Maria Ferreira de envio de expediente ao Secretário da Fazenda, permaneçam como estão. **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor Presidente peço à Vossa Excelência consignar os votos favoráveis ao requerimento do Deputado Pessuti dos Deputados: Orlando Pessuti, Ademir Bier, Zuk, Antonio Annibelli, Nereu Moura, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Ângelo Vanhoni, Edgar Bueno e este que vos fala.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente anotado.

Requerimento nº 145, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 146, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 148, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 149 e 150, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 151, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 152, de autoria do Senhor Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 147, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Rejeitado.**

Vai se proceder a verificação de votação a pedido do Deputado Valdir Rossoni.

Dez Senhores Deputados aprovam.

A maioria rejeita. **Rejeitado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 024, 145, 344, 354, 547, 549, 557 e 590/99.

Levanta-se a sessão.